

ENTREVISTA

Clara Araújo

RE - Início de suas atividades acadêmicas?

CA - Iniciei minhas atividades acadêmicas como professora de uma Faculdade que não mais existe, aqui no Rio, em 1985. Depois comecei a trabalhar num centro de pesquisas e posteriormente no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/CEDIM. Em 1987, dei aula como professora substituta no Departamento de Sociologia da UFF. Saí para fazer bolsa sanduiche. Em 1999, prestei concurso para a UERJ.

RE - Na área do ensino de Sociologia, quando e como você iniciou a desenvolver as teorias de gênero? Houve algum fato que a conduziu para esses estudos?

CA - Eu comecei a me interessar pelo feminismo ainda no movimento estudantil. Fui presidente da UNE em 1983 e antes era da diretoria (era a única mulher e assumi o que então chamavam de Departamento Feminino). Comecei a perceber como o machismo se fazia presente nas práticas políticas. Em muitos dos embates, o recurso à minha condição de mulher vinha à tona pelos colegas do ME. Depois que saí da UNE terminei o curso e decidi fazer mestrado. E o tema da participação política das mulheres estava na minha cabeça, derivado, sobretudo, de minha experiência prática, mas também de minha militância e meu vínculo na época com as leituras marxistas. Decidi fazer minha dissertação de mestrado sobre mulheres no movimento sindical no Rio de Janeiro. Estudei 4 sindicatos. Procurei investigar como era ser militante e membro de diretorias de sindicatos importantes e ao mesmo tempo ser mulher. E fui me entusiasmando pelas descobertas, pela ideia de ler mais, compreender mais e descobrir mais.

RE - E na área da Ciência Política?

CA- Acho que a pergunta acima responde um pouco. Mas o meu mestrado foi em Ciências Sociais e o Doutorado também. No PPGSA da UFRJ. Logo depois que entrei no doutorado, houve a primeira aprovação da Lei de Cotas. Entrei em 1995, em plena discussão da conferência de Beijing, quando já se começava essa discussão. Decidi estudar as cotas não apenas pela experiência que se iniciava aqui e outras em outros países. Havia também uma questão teórica associada com o debate sobre Universalismos e Comunitarismo que me atraía. No decorrer da investigação, descobri que era imperativo me aprofundar no tema mais amplo da Representação Política.

RE - E sua inserção nos grupos e núcleos de estudos de gênero?

CA- Bem, como disse, comecei pela experiência, depois pela militância, em seguida, estudo (Mestrado) e paralelamente surgiu a oportunidade de ir trabalhar no CEDIM. O Conselho da Mulher do Rio foi um dos primeiros. E na época, aliava três dimensões: uma espécie de militância, uma parte de estudos- tínhamos que nos debruçar bastante sobre políticas públicas- e a política pública propriamente. Como militância, participei da União Brasileira de Mulheres durante vários anos. Depois que entrei para a Universidade, o tempo era pouco e também sentia necessidade de estudar mais e com menos objetivo militante e/ou político-ideológico, ou seja , conhecer mais sobre teoria. Em 2005, na UERJ, decidimos (eu e uma colega) fundar o NUDERG – Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero. Tem funcionado com referência para pessoas que não estão na academia e também para estudantes. Está crescendo bastante.

RE - Quais as principais linhas do estudo de gênero que você tem desenvolvido até hoje? A ênfase é a teoria feminista?

CA - Sinto-me sempre atraída por estudos teóricos e empíricos. Acho que a Sociologia Política (que é o que considero que faço) necessita desses dois polos. A teoria nos desafia muito e gosto de pensar feminismo sempre inserindo-o no que hoje se define como “Teoria Social”. Em geral, aproveito os cursos que dou na Pós-Graduação para esta parte de atualização bibliográfica. Por outro lado, quando faço as pesquisas empíricas me sinto muito estimulada pelas perguntas não respondidas, mais propriamente para desdobrá-las em novas questões. E sem uma inserção dessa questão feminista numa teoria mais ampla fica difícil compreendermos muitas coisas. A área de poder permanece relevante. Os resultados numéricos em muitos campos ainda são bem preocupantes e, particularmente, na representação política. Mas por outro lado, se não entrarmos nas questões teóricas contemporâneas fica difícil respondermos ao por que de certas permanências. A incorporação do conceito de gênero não abriu só uma possibilidade metodológica. Na verdade, abriu um campo imenso de análises sobre dinâmicas de interações sociais. E isso desafia uma ideia de dominação com um único vetor: do masculino para o feminino. Acho que isso torna tudo mais complexo e interessante do ponto de vista acadêmico. Embora desalentador nas relações sociais.

RE - Principais correntes que você tem estudado na teoria de gênero?

CA - Gosto muito da Teoria Crítica e das teóricas que tentam articular universalismo com diferença. A base é a teoria social que tenta preservar a perspectiva mais estruturante da sociedade com dinâmicas contemporâneas centradas na autonomia do indivíduo.

Cito, entre outras, a Nancy Fraser, Anne Phillips, Seyla Benhabib, mas também as teóricas que estão discutindo política e incorporando o neo-institucionalismo. Não acho que uma teoria feminista por si possa dar conta, mas decididamente não me considero alinhada de uma teoria Pós-moderna. Por isto, talvez, goste também dos escritos de Bourdieu.

RE - Você considera importante esse conceito nos estudos atuais sobre diversidade social e a conexão com as demais áreas das ciências de um modo geral?

CA - Acho que respondi acima.

RE- Quais os principais autores que você utiliza nesses estudos?

CA - No campo da Representação política gosto muito de Lovenduski, mas há uma autora que tem dado contribuições importantes: Lena Mona Krook. Aqui no Brasil, destaco os esforços de alguns autores: no campo mais teórico, penso que Luís Felipe Miguel tem contribuído bastante. E sua colega de Universidade, Flávia Biroli, tem produzido ótimas revisões teóricas e problematizado de forma muito competente a questão da autonomia e da diferença nas teorias de gênero. Celi Pinto também. Marlise Matos idem. E no campo dos estudos legislativos, acho que os trabalhos de Luzia Alvares e de Teresa Sachett merecem destaque. O Luis Felipe e a Flávia Biroli editaram este ano um livro intitulado *Teoria Política e Feminismo – abordagens brasileiras*. Acho que é um esforço interessante de organizar e divulgar o que acadêmicas brasileiras têm produzido no campo teórico. Na verdade, as dinâmicas sociais e políticas são tão amplas que necessitamos rever sempre as nossas referências.

RE - No seu ponto de vista, há avanços da mudança de olhar as mulheres brasileiras?

CA - Sim e não. Na política, creio que a conquista da presidência por uma mulher tem sido simbolicamente muito importante. No campo do trabalho, em relação às competências. Mas veja que as desigualdades de acesso continuam grandes e as pesquisas sobre valores mostram que há um conservadorismo mantido pela via da preservação dos “papéis”. É impressionante como o *familismo* e a associação de mulher com a casa e a família (e não dos homens, é o problema) ainda é forte.

Clara Araújo é Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UERJ; Coordenadora do NUDERG- Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero; áreas de concentração: Gênero e Poder e Gênero e Família. Seus temas de investigação privilegiados são: cidadania e políticas públicas, identidades coletivas e poder; conjugalidade e sexualidade e, sobretudo, relações de gênero. Atualmente desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: relações de gênero e representação política; conciliação entre esferas pública e privada, família, conjugalidade e trabalho; investimentos sociais e igualdade de gênero. É membro da Latin American Studies Association, da Sociedade Brasileira de Sociologia e Pesquisadora do CNPq.

E-mail: claramaria.araujo@gmail.com
